

O dispositivo da sexualidade e o fazer jornalístico: reflexões acerca das coberturas de crimes violentos contra mulheres no jornal impresso¹

Bárbara CALDEIRA²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo dedica-se a observar as possibilidades e os modos de emergência do dispositivo da sexualidade, tal como problematizado por Foucault, no fazer jornalístico, notando de que maneira o conceito opera dentro da dinâmica do jornalismo e as disputas de poder e sentidos por ele engendradas a partir de matérias que tratam dos crimes de proximidade cometidos contra mulheres, particularmente do suporte impresso. No contexto específico da violência, busca-se tensionar pontos recorrentes às notícias, como as relações de causalidade estabelecidas na tentativa de justificar os crimes e os sujeitos acionados no texto como fontes para refletir sobre os processos nunca estanques de negociações de poder e de determinação do que é localizado como “da ordem” e o que é considerado “desviante”, especialmente, no que diz respeito à construção discursiva das mulheres violentadas.

Palavras-chave: Dispositivo. Dispositivo da sexualidade. Jornalismo. Violência. Mulher.

1. Notas Preliminares: crimes de proximidade cometidos contra mulheres

Com frequência, o jornalismo nos apresenta crimes que envolvem agressões contra a mulher, em ambientes privados ou públicos, não raro, cometidos por parceiros e ex-parceiros sexuais e afetivos e outras figuras masculinas que, *a priori*, carregam confiança social. Inseridos na seara dos crimes de proximidade, que por sua vez figuram um dos aspectos da violência de gênero, os abusos se diversificam nas formas de ocorrência, mas marcadamente constituem uma notável questão que diz do pano de fundo das construções sociais e de papéis de gênero, bem como suas determinações hierárquicas estabelecidas em nossa sociedade.

Uma pesquisa realizada pelo Data Popular em parceria com o Instituto Patrícia Galvão³, em 2013, em torno da percepção da sociedade brasileira sobre a violência e o assassinato de mulheres, mostrou que 7 em cada 10 entrevistados acreditam que a mulher sofre mais violência dentro da própria casa do que em espaços públicos. Um dado interessante: apesar de 65% das pessoas entrevistadas se declararem discordantes da

¹ Trabalho apresentado no Intercom Rio 2015 - DT 1 Jornalismo – GP Jornalismo Impresso - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ, realizado de 4 a 7 de setembro de 2015.

² Jornalista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCOM UFMG, integrante do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da UFMG (GRIS), do GrisPress e associada à pesquisa Narrativas de um problema cotidiano 2: a violência de gênero e o testemunho jornalístico. Bolsista Capes.

³ Sobre o assunto: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf. Acesso em 30 de junho de 2015.

expressão “Mulher apanha porque provoca”, 17% se declararam veementemente em concordância e outros 17% afirmaram não discordar nem concordar, indicativos que demonstram o quanto a violência contra a mulher ainda é relativizada e entendida como culpa da vítima por uma parcela considerável da população.

De acordo com dados expostos por Waiselfisz (2012) na atualização do Mapa da Violência 2012, que levanta números sobre o homicídio de mulheres no Brasil, no período de 30 anos compreendido entre 1980 e 2010, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no país, sendo quase 44 mil apenas na última das três décadas. Se o número de mortes computadas em 1980 era de 1.353 em 100 mil mulheres, o ano de 2010 registrou 4.465, o que representa um aumento de 230% no quadro de vítimas femininas no país. Os dados mostram que o Brasil ocupa a 7ª posição do ranking de homicídios femininos no cenário internacional, em estudo feito com 84 países.

Sob o ponto de vista comunicacional, aqui, nos interessa observar as construções engendradas pelo jornalismo na cobertura de agressões contra as mulheres, sejam homicídios ou violências de outra ordem, tendo como questão norteadora a noção de dispositivo como regime de disputa de poderes e suas especificidades, a partir de Foucault e, mais precisamente, do dispositivo da sexualidade, que traz à tona o sexo e a sexualidade como discursos e atravessamentos multilaterais, tensionamentos constantes e móveis que atuam, não obstante, na naturalização de dimensões de poder.

Como é possível pensar, dessa forma, a emergência do dispositivo da sexualidade a partir do fazer jornalístico? É possível entender o jornalismo, nesse caso, o jornal impresso, como uma das instituições da rede de elementos heterogêneos do dispositivo que culmina na reafirmação de papéis sociais para homens e mulheres, pesando discursivamente na construção da notícia a ponto de, em certa medida, relativizar a violência sofrida? A normatização da sexualidade e de padrões de comportamentos construídos como “da ordem” e “desviantes”, pode ser notada no discurso jornalístico por meio de rastros, marcas? Ainda, como o dispositivo da sexualidade pode ser visto em operação dentro dessa complexa teia de disputas de sentidos?

A partir de algumas reflexões sobre as noções de Foucault, buscamos tensionar elementos e recursos que se apresentam nas matérias jornalísticas para observar a processualidade do dispositivo e sua constituição como tal. Nesse sentido, é convocada, para ilustrar as ponderações propostas, uma matéria específica que integra o extenso banco de dados do projeto de pesquisa Narrativas de um problema cotidiano 2: a violência de

gênero e o testemunho jornalístico⁴. A reportagem, intitulada “Morta porque não quis transar”, foi publicada em 31 de janeiro de 2014 no jornal impresso *SuperNotícia* e nos confere a possibilidade de analisar, com minúcias, o dispositivo da sexualidade em operação em uma determinada construção discursiva jornalística.

2. Considerações sobre o dispositivo em Foucault

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) pode ser considerado, talvez, um dos autores mais complexos apropriados pelos estudos em Comunicação e é situado, geralmente, no seio pós-estruturalista, ao lado de teóricos como Jacques Derrida, Gilles Deleuze — outra grande referência na discussão do conceito de dispositivo — e Julia Kristeva. Oksala (2011) afirma que a obra do teórico costuma ser dividida em três fases distintas, mas que dialogam em métodos e objetos de estudo. A discussão desenvolvida neste artigo localiza-se, nessa tríade, na fase “genealógica”, que conglobera suas obras mais conhecidas, como *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade, volume I - A vontade de saber* (1976), na qual aparece, mais marcadamente, o termo “dispositivo”.

Apesar de o primeiro tomo de *História da Sexualidade* ser o marco introdutório da noção mais detida de dispositivo, a obra *Microfísica do Poder* fornece um interessante percurso de pensamento e construção da ideia. Ao ser questionado pelo acadêmico Alain Grosrichard sobre a função metodológica do termo, Foucault lista três pontos fundamentais que balizam sua discussão em torno do conceito:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2014, p. 364)

Aqui, o dispositivo começa a se delinear fora de uma materialidade ou de um suporte, aparato técnico, tal qual a expressão é tomada por outros teóricos que o vêem, em suma, como um meio. O dispositivo foucaultiano apresenta-se essencialmente por seu aspecto reticular, um emaranhado, que congrega e tensiona todo esse conjunto do “dito e do

⁴ Pesquisa coordenada pelos professores Bruno Souza Leal e Elton Antunes, do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

não dito” disposto de uma maneira intrinsecamente conectada entre si. Assim, o dispositivo não é apenas um dos elementos heterogêneos listados, mas deve ser pensado como um regime de conexão entre esses elementos, o que lhe garante alta carga de complexidade. Foucault, então, em segundo lugar, demarca:

[...] a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (FOUCAULT, 2014, p. 364)

É a relação entre os elementos heterogêneos, assim, que garante a constituição e manutenção de um dispositivo a partir de constantes disputas, tensões, deslocamentos, negociações. Em vez de apresentar-se como algo estanque, um todo acabado, o dispositivo está, necessariamente, em constante transformação: é um jogo. A dinâmica opera por vezes de forma tão sutil, mascarada, que é difícil perceber o quanto está entranhada nas relações e práticas sociais.

Como terceira observação, Foucault afirma que o dispositivo é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como questão principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (2014, p. 365). Nesse ponto, fica ainda mais clara a dimensão basilar do pensamento de Foucault quanto ao dispositivo: a ideia de poder. E o poder, para o autor, não se resume à lógica binária oriunda do marxismo, por exemplo, que opõe duas classes preexistentes definidas por aspectos econômicos em uma disposição que faz duelar opressor e oprimido, mas diz também do aspecto maleável e reticular do dispositivo, a partir do qual essas relações de reinventam. O poder não é uma força central, que se desloca de cima para baixo, mas feixes multidimensionais e multilaterais que se entrecruzam. Mas, atrelado ao poder, o dispositivo sempre carrega em si uma dimensão estratégica, de reafirmação de um lugar de poder. Para Foucault, “o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (2014, p.101). O filósofo defende a compreensão do poder como “a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se

exercem e constitutivas de sua organização”, mas especialmente como um jogo que, por meio de lutas e afrontamentos incessantes, tem a capacidade de reforçá-las, invertê-las.

Já fazendo aproximações com o eixo levantado nesse artigo, é possível empreender algumas ideias a partir desses três primeiros tópicos. Olhando para o jornalismo como um possível lugar de emergência, de observação de um dispositivo em funcionamento — uma configuração na qual é possível capturar o dispositivo em operação, ver algo na forma de um dispositivo —, parece plausível pensar que, de certa maneira, o discurso jornalístico aciona elementos heterogêneos em atividade em uma constituição de dispositivo, que já possui seus atravessamentos primeiros de elementos heterogêneos, propondo-lhe certa organização. No interior do processo do fazer jornalístico, é possível pensar em alguns deles: Quais fontes são acionadas para falar de determinado assunto? Como os enunciados científicos, proposições morais, as leis e outros elementos são articulados em uma matéria específica? As relações de causalidade construídas discursivamente pelo jornalismo não são uma maneira de encadeamento de elementos heterogêneos, de reorganização dessa rede? Os questionamentos tocam, também, no segundo aspecto do dispositivo: o cenário das disputas e negociações constantes, além de dizer de uma função estratégica? No caso dos crimes cometidos contra mulheres, pode o discurso jornalístico ajudar a naturalizar as noções construídas na lógica do dispositivo da sexualidade sobre o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, como suas implicações de comportamentos “socialmente” aceitáveis?

Talvez a chave para pensar nas sutilezas do funcionamento do dispositivo, que se reinventa e se reconfigura continuamente, propondo-se sempre como atual, e a dimensão jornalística seja, de fato, a construção de um sentido de atualidade a partir do próprio jornalismo que, assim como o dispositivo, convoca uma temporalidade presente, mas está em constante mutação e tensionamento. Para Antunes (2014),

O jornalismo conforma uma temporalidade – o presente, que é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilhaçamento dos tempos. O jornalismo curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo que é padronizador do tempo atual – ritmo e ordena cronologicamente o cotidiano, ele põe em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, o jornalismo dá visibilidade a tempos não contemporâneos. (ANTUNES, 2014, p. 167)

O próprio jornalismo, então, deflagra o dispositivo em funcionamento quando aciona passado, presente e futuro, seja por meio de reorganizações ou projeções. Faz ver, ao

que parece, a rede heterogênea da qual fala Foucault, a relação entre esses elementos e a dimensão estratégica, que responde a certa urgência histórica, do dispositivo: todas as disputas, em suas sutilezas, podem ser observadas no discurso jornalístico e no fazer jornalístico, que também pressupõe movimento e está em constantes vias de processualidade.

3. Apontamentos sobre o dispositivo da sexualidade

Em sua obra *História da Sexualidade, volume I - A vontade de saber*, Foucault pensa no poder como uma espécie de ferramenta conceitual para examinar suas relações com a sexualidade. Já no início, o autor rejeita a concepção repressiva, que considerava que a sexualidade, na era vitoriana, era reprimida e silenciada. Em outro movimento, Foucault diz que a principal atitude da sociedade moderna em relação ao sexo não é o da repressão, mas sim a transformação da sexualidade em um novo tipo de discurso conectado ao poder, como o médico, jurídico ou psicológico. Em outras palavras, não se fala menos de sexualidade, mas sim por vias diferentes e institucionalizadas.

Foucault articula, em sua explanação sobre o dispositivo da sexualidade e sua historicidade ocidental, alguns traços principais, assim destacados por ele, que podem nos fornecer entradas interessantes para a observação do objeto em questão. O primeiro ponto é que, quanto ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo, envolvendo rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. Nas palavras do autor,

O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz discontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna. (FOUCAULT, 2014, p. 91)

A relação negativa, aqui, pode ser aproximada com a construção do que se espera socialmente da conduta sexual das mulheres, vítimas das agressões estudadas, na negação de uma série de comportamentos relacionados à sexualidade, culturalmente permitidos aos homens, mas não à figura feminina. Na análise da reportagem, veremos que o fato de uma mulher recém separada de seu companheiro ter relações sexuais com outros homens serviu como justificativa, explicitada pela construção discursiva jornalística, para que esse homem a matasse com três armas diferentes após tentativa de estupro. Não é possível perceber,

assim, como o dispositivo da sexualidade tensiona, em si, um modelo a ser seguido e, por consequência, “desvios” dignos de rejeição e exclusão?

Ainda, nessa mesma reflexão, cabe o traço da instância da regra, no qual o poder, de acordo com Foucault, seria “essencialmente aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido” (2014, p. 91). Como desdobramento, o poder descreve ao sexo uma “ordem”, que funciona, simultaneamente, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra, pressupunha Foucault, a partir de sua relação com a lei a partir da discursividade.

A sexualidade, mais uma vez, prova que pode ser acionada — e se aciona — discursivamente. O atravessamento dos elementos heterogêneos caros à noção do dispositivo, vistos anteriormente, conclama lugares discursivos da ordem jurídica e da ordem do discurso para falar de uma sexualidade. É possível pensar, aqui, na conduta moral de mulheres vitimadas colocadas em xeque pelo discurso jornalístico pelo fato, por exemplo, de serem prostitutas, como se a atividade profissional por elas realizada, que não configura necessariamente crime perante a lei, sofra julgamentos que a retiram da noção institucionalizada e do papel de gênero que lhe fora atribuído a partir de uma construção social. Tocando na questão do gênero, Oksala afirma que Foucault, a partir de *História da Sexualidade*, historiciza não apenas a sexualidade, mas também o sexo, o que tem grande impacto na teoria feminista, sendo pensada por grandes expoentes da corrente, como Judith Butler:

A filósofa americana Judith Butler, com efeito, apropriou-se do pensamento de Foucault sobre a relação entre sujeito, poder e sexo para aplicá-lo à questão dos sujeitos generificados. Ela argumentou que não há, por trás da identidade de gênero, um sexo verdadeiro que seria sua causa e sua base biológica. Ao contrário, a identidade de gênero é construída como um ideal normativo e regulatório nas redes de poder e saber. Indivíduos desempenham papel relativo ao gênero, que repete um comportamento aproximado desse ideal (OKSALA, 2011, p. 96).

Em Butler, o comportamento feminino não é fruto de um sexo feminino verdadeiro e fundamental, mas o contrário: a ideia de um sexo feminino verdadeiro e fundamental é fruto de um comportamento feminino — não natural, mas construído socialmente —, sendo a ideia de um núcleo estável do gênero uma ficcionalidade, ancorada e sustentada por uma constante performance. O gênero se configura, em Butler (2004), como uma construção social que se desenvolve a partir de uma lógica binária, fazendo com que sejam polarizados

os extremos “homem” e “mulher”. A performatividade de gênero seria uma prática de reforço da norma ou de um conjunto de normas que visam controlar corpos, desejo e a sexualidade.

As construções sociais, para Foucault, — podemos pensar, aqui, nas atribuições acionadas quando dizemos sobre “ser mulher” — são balizadas pelo poder, que convocou quatro conjuntos estratégicos, a partir do século XVIII, que “desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (2014, p. 113). Aqui, nos interessa a “histerização do corpo da mulher”, que Foucault apresenta como:

[...] tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, por meio de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível dessa histerização. (FOUCAULT, 2014, p. 113)

Somente nesse trecho, ficam claras várias atribuições sociais concernentes à mulher, mostrando claramente o dispositivo da sexualidade em operação por meio do discurso médico, psiquiátrico e institucionalizado sobre seus corpos. A mulher construída, assim, para “ser mulher”, precisa cumprir os requisitos da normatização reforçados discursivamente: estar atrelada à fecundidade, sendo a maternidade o elemento que a liga à ordem, ao passo que a não-maternidade a coloca à margem, exercer papel funcional no espaço familiar e na educação dos filhos, obrigação que lhe é intrínseca desde a gestação e comunga atravessamentos de discursos biológicos e morais. O desvio do cumprimento de todas essas expectativas não exclui a mulher socialmente, na lógica do dispositivo, mas a marginaliza.

4. A questão da violência de gênero

Algumas observações, embora breves, são necessárias no entendimento do contexto da violência contra a mulher e a forma como é nomeada, até mesmo para pensarmos em aspectos discursivos, antes de trazer à tona um olhar mais detido sobre a reportagem selecionada. É importante ponderar sobre a gravidade dos crimes cometidos contra

mulheres, especialmente quando culminam em femicídio ou feminicídio, como discute Pasinato (2011). Problematizando o entendimento dos termos como “assassinatos de mulheres provocados por serem mulheres”, Pasinato recorre à Russel e Caputti (1992) para explicar o femicídio, ressaltando que o fenômeno não é um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, e sim apresenta-se como o “ponto final de um *continuum* de terror, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas” (2011, p. 224). Na concepção de Russel e Caputti, traduzida por Pasinato:

Femicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravização sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extra-familiar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, homossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam femicídios. (PASINATO *apud* RUSSEL e CAPUTTI, 2011, p. 224)

Apesar de problematizar a reunião de crimes distintos sobre a mulher em torno de um só nome, temendo que a generalização possa não resultar em pautas específicas e efetivas para a luta do movimento feminista, Pasinato reconhece a importância de se pensar na agressão que acontece por motivação de gênero ou quando mulheres deixam de cumprir “papéis” que lhe foram atribuídos socialmente. Para Fragoso (2002), há a necessidade de se pensar na interseccionalidade de gênero e outras estruturas de poder nos estudos dos assassinatos de mulheres, uma vez que existem experiências diferenciadas quanto ao que é ser mulher, que dizem que outros aspectos da constituição do sujeito, embora o femicídio possa carregar um significado semelhante para todas. Para a autora, o que explica as mortes não é somente a condição de gênero, o fato de ser mulher, mas o fato de as mulheres não estarem desempenhando seus papéis de gênero socialmente atribuídos adequadamente ou, como podemos pensar em termos foucaultianos, estão tensionando o dispositivo da sexualidade e provocando mutações nas dinâmicas de disputa de poder.

Para Carcedo (2000), é possível delinear uma tipologia dos femicídios, destacando três grupos a partir de um conjunto de mortes regulares, heterogêneo e complexo. Em linhas

gerais, como explica Pasinato, há o “femicídio íntimo”, que engloba crimes cometidos por homens com as quais a vítima tem ou teve uma relação íntima e familiar, por parceiros sexuais ou homens com quem essas mulheres estabeleceram relações pessoais, como maridos, companheiros, namorados, sejam atuais ou de relações passadas. É o caso, por exemplo, da matéria que será esmiuçada no exercício analítico a seguir. Há, ainda, o “femicídio não íntimo”, cometido por homens com quem a vítima não mantinha relações de convivência íntima ou familiar, mas com os quais existia uma relação de confiança estabelecida — por vezes institucionalizada — e até mesmo de hierarquia. Aqui, estão os agressores que são amigos, colegas de trabalho, trabalhadores da área da saúde e empregadores de suas vítimas. A terceira categoria seria o “femicídio por conexão”, no qual as mulheres são assassinadas por se posicionarem na “linha de fogo” de um homem que tentava matar outra mulher, pressupondo intervenção.

Pasinato faz, ainda, observações quanto à cobertura da imprensa sobre os assassinatos de mulheres, fonte recorrente de coleta de dados para pesquisadores uma vez que, no Brasil, existe uma deficiência na divulgação de informações oficiais que separam a morte dos homens da morte de mulheres, dificultando o acesso quanto ao número de assassinatos femininos e em que contexto ocorrem. Em suma, é possível dizer que, infelizmente, o quadro de agressão às mulheres, no Brasil e no mundo, é ainda mais alarmante por falta de dados precisos. Ainda, que pesquisadores do assunto — especialmente pesquisadoras e ativistas feministas — enfrentam dilemas na adoção de um termo específico para o assassinato de mulheres e sua implicação política, além de dificuldades de caracterizar, classificar e buscar regularidades na complexa e extensa gama de agressões à mulher.

5. Rastros do dispositivo da sexualidade nas páginas dos jornais

A matéria “Morta porque não quis transar”, com bigode “Homem usou uma faca, uma marreta e uma máquina de costura para matar a ex-mulher, de 39 anos, em Lagoa da Prata”, publicada em 31 de janeiro de 2014 pelo jornal *SuperNotícia*, aborda um assassinato que pode ser enquadrado na categoria de crime de proximidade, ocorrido no interior de Minas Gerais. Pode também, de acordo com as categorias propostas por Carcedo, ser compreendido como um femicídio íntimo. Pelo título e pelo bigode, é possível perceber uma forte marcação da motivação como destaque da matéria, uma relação causal já

demarcada que carrega em si saberes encarnados e já diz de uma arena de disputa de sentidos.

O uso do termo “transar” em vez “fazer sexo” parece passível, aqui, de problematização. Uma das justificativas para o emprego da primeira opção é a diagramação da página, que comporta melhor uma palavra do que duas, o que passa por questões de materialidade. É possível pensar, também, que “transar” é um termo mais próximo da oralidade, o que dialoga com o fato de o jornal ser popular. Porém, a escolha também carrega consigo uma informalidade que parece desrespeitosa no específico contexto, visto que dá a impressão de deslocar para o campo do coloquial um assunto grave, que aciona questões igualmente sérias. Mais, diz de uma marcação da intimidade prévia entre vítima e agressor, que pode relativizar a violência. O regime discursivo da dimensão de poder, aqui, se aclara: há atravessamentos na escolha e ordenação de termos que dizem fortemente do pano de fundo e das construções sociais. O dispositivo da sexualidade opera de maneira tal que o termo “transar” para definir uma situação de tentativa de estupro, sexo forçado, parece, em alguma medida, plausível: é o poder sutil, só existente quando em ação.

A exploração dos objetos utilizados para a execução da mulher, Rozinete Aparecida do Carmo Pedro, faz emergir, antes mesmo da leitura da matéria em si, a presentificação de um cenário de violência extrema. Dos três, a faca é o elemento mais comum associado à violência sem arma de fogo, mas a marreta remete a uma maior carga de força bruta. A máquina de costura é o objeto que mais causa estranheza, uma vez que, à primeira vista, parece destituído da ideia primeira do que é uma arma de um crime. É interessante perceber, também, como os elementos que culminaram na morte, mesmo que elencados discursivamente de forma “não intencional”, remetem ao que é socialmente abarcado no conjunto do que é masculino (marreta) e feminino (máquina de costura).

As armas são retomadas no primeiro parágrafo da matéria, que caracteriza o homem que praticou o crime, Jimar Calixto Pedro, como “enfurecido”. Nesse momento, também reforçam a presentificação de um crime por meio das minúcias de sua execução. Já no *lead*, a indicação da motivação do crime se instaura, mesmo que relativizada na construção frasal “O motivo para o crime teria sido a vítima, de 39 anos, ter se recusado a fazer sexo com o suspeito [...]” por meio do termo “teria sido”, que opera no campo da especulação. O emprego do termo “suspeito”, mesmo com a confissão oficial do homem à polícia quanto à autoria do assassinato, parece prudente por questões de ordem legal e constituem um

respaldo acionado pelo próprio veículo quanto à “condenação” do agressor como culpado ou não — um outro dispositivo.

No parágrafo seguinte, a fonte oficial para falar do crime, o soldado Felipe Prado, da 107ª Companhia do 7º Batalhão da Polícia Militar, é convocada para, a partir de fragmentos, “reconstituir” o acontecimento — ou evento — narrado. De acordo com ele, o próprio agressor fez a ligação para avisar à Polícia sobre a morte da ex-esposa, informação que parece conferir ao homem certa carga de arrependimento ou remorso por sua ação, o que será tensionado em outro momento da matéria. Nesse mesmo parágrafo, há a apresentação de uma outra figura feminina, além da vítima: a sua filha, que estava na casa onde o crime ocorreu quando os policiais chegaram ao local. Por mais que essa figura evoque uma presença feminina no texto jornalístico, que poderia articular uma nova tensão nos entrecruzamentos do poder, ela aparece apenas na fala do soldado, indiretamente, não sendo entrevistada para que pudesse expor suas impressões sobre o crime, reconstruí-lo mnemonicamente caso seja testemunha, o que não fica claro no texto, ou até mesmo ativar um espaço de defesa da própria figura da mãe, que será questionada moralmente em momento posterior.

A filha, então, como podemos perceber, emerge no texto jornalístico, que trata da violência contra a mulher, por meio de uma fala masculina e institucionalizada, o que aponta para uma dinâmica problemática mesmo que consideradas as nuances de produção da notícia, que passam pela disponibilidade das fontes de concederem entrevistas antes do fechamento programado. Não se deflagra, aí, o dispositivo em pleno funcionamento? As fontes acionadas relacionam-se com dois pilares do pensamento de Foucault, saber e poder, que se conectam de maneira intrínseca. Como um todo, apesar da matéria tratar de um caso de violência contra a mulher e, portanto, potencialmente acionar discussões emergentes quanto à misoginia e machismo, feminicídio, gênero, entre outros, nenhuma fonte feminina foi ouvida ou articulada com destaque na construção discursiva. Admitir que uma fonte tenha espaço na matéria em detrimento de outra diz das relações de poder do dispositivo, da arena de tensionamentos nele pressuposta, uma vez que uma fala parece ser legitimada pela construção jornalística enquanto, a outra, não.

Ainda no texto principal, há um novo elemento que parece ressaltar o caráter de “passionalidade” da agressão e indicar a confusão emocional e arrependimento pelo qual passa o ex-marido da vítima e responsável pela morte: sua tentativa de suicídio. Por meio da fala do soldado, é reconstruído o momento em que o homem ensaia acabar com a própria

vida pulando de uma ponte. Essa brecha de “humanidade” poderia suscitar a identificação de um leitor, que, de certa forma, compreenderia que o homem errou e agora está arrependido do seu ato, desesperado a ponto de se matar por conta da irreversibilidade da sua ação. A exposição tende a aproximar o agressor das pessoas comuns, do cotidiano, das emoções e dramas humanos compartilhados coletivamente. Especialmente, aproxima o homem leitor do homem que, por construções engendradas socialmente, especialmente quanto ao papel da mulher em um relacionamento afetivo/sexual, se compadece pela possibilidade de um dia, talvez, poder passar pela mesma situação.

É importante salientar que, logo após a narração desse episódio, há uma retranscrição com o título “Motivo”, que parece operar em uma tentativa de justificar as ações do agressor e que acaba, em certa medida, relativizando a violência sofrida pela mulher. “Foi somente após chegar na companhia da PM que o suspeito contou o motivo para ter cometido tal brutalidade” é a frase que serve de ponte para a fala do soldado que pretende apresentar o que, nessa construção discursiva, é considerada como motivo. Não só como motivo, mas como O motivo, marcado pelo artigo, o que parece fechar a questão para discussões e encerrá-la em sua totalidade de sentido. Em seguida, as aspas do soldado convocam um elemento que coloca a conduta moral da mulher assassinada em xeque: “Ele contou que estava separado há cerca de três meses dela, apesar do processo oficial de separação ainda não ter sido concluído. Como ficou sabendo através de outras pessoas que ela estava saindo com outros homens, ele ficou com ódio”. A inserção dessa fala é perigosa por carregar juízo quanto ao que uma mulher deve ou não fazer. Ao frisar que o processo de divórcio não estava concluído e a vítima ainda era uma mulher oficialmente casada quando supostamente fez sexo com outros homens, questiona-se sua conduta sexual e moral.

Nesse trecho, mais do que nunca, o dispositivo da sexualidade é latente. Da mulher e de suas atribuições de gênero, espera-se fidelidade, pudor, recato, ausência de libido, subserviência. Discursivamente, essa mulher específica, vítima, é construída como desviante da norma e, “promíscua”, escapole à normatização: ao contrário do que dela se espera, faz sexo. Mesmo que ela tivesse traído seu parceiro, como outras matérias apontam na tentativa de justificar a violência sofrida por mulheres, a agressão se justificaria? Ao que parece, são camadas que se acumulam do “mais aceito” ou “menos aceito”, uma hierarquização do “menos pior” disposta pela norma e que pesa marcadamente no gênero feminino.

No parágrafo seguinte, o policial afirma que o homem tentou se “aproximar” da mulher na hora do crime: “Ele pensou que, por ela estar com outros, também poderia fazer sexo com ela e, quando ela se recusou e o empurrou, ele ficou agressivo, pegou a faca e deu o primeiro golpe. Quando viu que ela ainda estava viva, deu várias marretadas e, por fim, para garantir que ela morreria, ele jogou a máquina de costura”. O mais instigante nessa construção, talvez, é que em momento algum, nem mesmo na matéria como um todo, o termo “tentativa de estupro” aparece, reforçando a noção comumente compartilhada de que estupro é sempre cometido por homens desconhecidos e em situações fora do círculo íntimo e de que, assim, parceiros não estupram. A escolha discursiva também mostra o dispositivo operando como tal: se os corpos das mulheres “pertencem” aos homens, se a mulher vitimada já deu seu consentimento em algum momento para o homem agressor, visto que eram parceiros, o estupro não é evidenciado pois a violência não é compreendida em sua gravidade.

Em um *box* com o título “Não caiu uma lágrima do olho dele”, o soldado alega que não notou nenhum arrependimento por parte do homem quando foi preso, chegando a sugerir que ele teria algum distúrbio psíquico, o que, mais uma vez, relativiza a agressão, agora por meio da caracterização do agressor, e não da vítima. Há, ainda, a informação de que o relacionamento do casal teria acabado quando Jimar foi preso pela Lei Maria da Penha por ter agredido Rozinete e já tinha, em outro momento, agredido a filha. A última fala do soldado, “era um homem com histórico com violência doméstica”, lança outro olhar de julgamento para a vítima quando, na informação anterior, há a afirmação de que Rozinete permitia que o homem fosse até sua casa para ver os filhos. Há uma culpabilização da mulher assassinada: aos olhos inquisidores e sob potencialização do discurso midiático, há a noção de que a mulher é parte culpada pelo desfecho por não ter se afastado totalmente do ex-marido e por saber de seu potencial violento e, mesmo assim, continuar com ele por um tempo. É o atravessamento de outros lugares discursivos, como da Lei, no emaranhado do dispositivo.

6. Considerações finais

Problematizando as noções de dispositivo e dispositivo da sexualidade a partir do Foucault, é possível perceber, mesmo que nas sutilezas, a operação do dispositivo como tal dentro do discurso jornalístico, sendo o fazer jornalístico um possível lugar de acionamento

não consciente nem marcadamente temporal da lógica do dispositivo. Se a construção de uma matéria pressupõe critérios de noticiabilidade, recortes e, sobretudo, uma construção, esse espaço da construção dos discursos seria, assim, um seio privilegiado de exercício de poder que, apesar de instável e maleável, ainda consegue marginalizar, sem excluir, certos grupos por meio da discursividade.

Nos casos de cobertura de crimes violentos cometidos contra mulheres, não raro, o texto jornalístico abre brechas para a relativização da violência sofrida pela vítima, o que só acontece por meio das operações constantes engendradas pela lógica do dispositivo, especialmente o da sexualidade. Nesse sentido, o jornalismo parece-nos configurar uma instituição, um dos elementos da rede heterogênea do dispositivo que auxilia seu funcionamento e manutenção, sendo um dos feixes multilaterais e multidimensionais que se relacionam com o cerne da questão do dispositivo: o poder.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Elton. O jornalismo é história malfeita?. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Para entender o Jornalismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- BUTLER, Judith. Gender Regulations. In: _____. Undoing Gender. New York, London: Routledge, 2004, pp.40-56. Copyright © 2004 from Undoing Gender by Judith Butler/Routledge. Reproduzido com permissão de Taylor and Francis Group, LLC, divisão de Informa plc. Tradução: Cecilia Holtemann. Revisão: Richard Miskolci.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1 – A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRAGOSO, Julia Monarrez. Femicídio sexual serial em Ciudad Juarez. 1993-2001. Debate Feminista, ano 13, vol. 25. México: DF, 2002.
- OKSALA, Johanna. Como ler Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- PASINATO, Wânia. “Femicídios” e a morte de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu, Campinas, n. 37, dez 2011.
- WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil. [Internet]. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf. Acesso em 25 de junho de 2015.